

Territórios urbanos: espaço, indivíduo e sociedade

Urban territories: space, individual and society

Ana Lúcia Gonçalves Maiolino; Deise Mancebo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O trabalho aborda, inicialmente, o crescimento da vida urbana, no ocidente, ao longo do século XX, tecendo considerações sobre a importância da localidade, mesmo frente a um mundo atravessado pela globalização. As autoras aderem à concepção de Henri Lefebvre de que o espaço se configura como um dos elementos instigantes das interações da sociedade, observando que, nas cidades, as misturas culturais e sociais se fazem obrigatórias, possibilitando diferentes formas de subjetivação. Num segundo momento, utilizando autores de diversas áreas, como Félix Guattari, Kevin Lynch, Jane Jacobs e Richard Sennett, é avaliado o alcance dos espaços construídos, definindo-os como “máquinas” (no sentido de Guattari) que interpelam seus habitantes e produzem uma subjetivação que, interagindo com outros agentes, constitui o homem urbano contemporâneo. A partir de exemplos obtidos nos estudos de Lynch, Jacobs e Sennett sobre grandes cidades americanas, é destacada a importância das ruas como local privilegiado da sociabilidade, assinalando-se, contudo, situações onde determinadas opções arquitetônicas e urbanísticas acabaram por se constituir como entraves ao contato entre indivíduos, funcionando, portanto, como um dos fatores propulsores de “esvaziamento” do espaço público. Por fim, o trabalho discorre sobre algumas hipóteses explicativas para a produção deste esvaziamento e possíveis consequências sobre a subjetividade do homem contemporâneo, apoiando-se em autores como Sennett, Claudine Haroche e Carlos Vainer, este resgatando pressupostos estabelecidos por sociólogos da Escola de Chicago. Sem negar a tendência ao recrudescimento da valorização da intimidade e da vida privada, a dificuldade de convivência com a alteridade e uma certa indiferença que permeia as relações urbanas, as autoras apontam para algumas linhas de fuga desses padrões hegemônicos de funcionamento subjetivo, que, se intensificadas, podem provocar

movimentos mais efetivos em direção à construção de uma revitalização do público.

Palavras-chave: espaço urbano; sociabilidade; subjetividade

ABSTRACT:

The paper at first looks into the growth of urban life in the western world through out the 20th century, considering the importance of space in a globalized world. The authors have adhered to the idea of Henri Lefebvre that space is made by one of the instigating elements of interaction of society, putting in relief that in the cities the cultural and social mixtures are mandatory enabling different forms of subjectiveness. At a second moment, using ideas of different authors in various fields such as Félix Guattari, Kevin Lynch, Jane Jacobs and Richard Sennett, is evaluated the reach of the built spaces, defining them as “machines” (in Guattari’s sense) that question its inhabitants and produce a subjectivity that in addition to other agents constitutes the contemporaneous urban human being. From the examples obtained in the studies of Lynch, Jacobs and Sennett about big American cities, the importance of the streets as a privileged place for sociability is enhanced, nevertheless some architectonic and urbanist solutions have halted the contact among individuals, working therefore as the cause for the emptiness of the public space. At the end, the paper describes some of the hypothetical explanations for this empty space and the possible consequences about the subjectivity of contemporary human being based on authors such as Sennett, Claudine Haroche and Carlos Vainer, this one rescuing the suppositions established by sociologists from the Chicago School. Not neglecting the tendency to go back to the intimacy values, the difficulty of dealing with the different and a certain indifference that are present in the urban space, the authors point to some escape lines from these subjective hegemonic patterns present today, that can provoke more effective moves in the direction of the revitalization of the public, if intensified.

Key words: urban space; sociability; subjectivity

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (Milton Santos, apud Seabra et alli, 2000:22).

As cidades do século XX e XXI: considerações sobre o local e o global

Decerto o espaço pode ser conceitualizado num sentido absoluto, como aquilo que é identificado a partir de um quadro fixo de referências – por exemplo, latitudes e longitudes –, mas este, conforme abordado por Mabogunje (1980, apud SANTOS, 1997), é o espaço do agrimensor e do cartógrafo, sem interesse para psicólogos. Mais próxima de nossos interesses é a noção de espaço como “um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 1997:26). Neste caso, conteúdos e formas se complementam, se recriam, ganham sentidos e aí, sim, já começamos a falar de algo que tenha interesse à psicologia.

Milton Santos (1997) observa que a globalização da sociedade e da economia vem atuando fortemente sobre o espaço, promovendo novos significados e possibilidades de relações. Diz o autor:

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividade e hierarquias de utilização, com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes (...) Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente (...) e as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial (SANTOS, 1997:28).

Se, neste sentido, é possível afirmar que quanto mais os lugares se mundializam, mais sua singularidade é ressaltada, por outro lado é igualmente verdade que se tornam permeáveis como nunca a influências que extrapolam os limites geográficos da localidade.

Santos (1997) nos fala de *verticalidade* e de *horizontalidade* do espaço, a partir da idéia de *espaço banal*, conceito originalmente utilizado por François Perroux lá pelos anos 50 e por Manuel Castells já na década de 90 do século passado:

Perroux dizia que o espaço dos geógrafos era o espaço banal, onde tudo estava contemplado, não apenas os fluxos econômicos. Banal no sentido de que é neste espaço que se realiza a vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não poderosos estão presentes (Milton Santos, em entrevista a SEABRA, 2000:53).

A essa noção de espaço banal, Milton Santos associava o que denominou *horizontalidade*, “o resultado da vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso” (SEABRA, 2000:53). Em oposição, definiu a *verticalidade*, referida às forças que tentam rasgar os espaços, com suas regras pré-determinadas, seus códigos de funcionamento, ignorando o entorno onde se deslocam, como os vetores desencadeados pelas ações das empresas globais. Segundo o autor, verticalidades e horizontalidades perturbam-se mutuamente, configurando o jogo entre o local e o global, onde o espaço banal funcionaria como um limite à globalização.

Esta conceituação do local como o lugar da resistência à globalização tem sido recorrente a diversos autores e, via de regra, vem associada à idéia de mundialização como um mal. Alain Bourdin (2001) critica esta tendência, defendendo que ela traz poucos subsídios ao entendimento da realidade, mascarando-a mesmo por diversas vezes. Ironicamente, dá como

exemplo “um dos heróis franceses da resistência à mundialização, o agricultor José Bové, [que] luta por uma rede econômica sem dúvida muito localizada, mas muito moderna, a do queijo de Roqueford, que exporta para os quatro cantos do mundo” (Bourdin, 2001:11).

Ironias à parte, Bourdin (2001) afirma que a mundialização é um contexto ainda mal analisado. Questiona algumas reivindicações localistas, mas, por outro lado, considera indiscutível o fato de que “é na escala local, na do bairro, da cidade, ou da microrregião, que alguns problemas da vida diária podem ser regulados” (BOURDIN, 2001:13). Defende que “a solidariedade e a sociabilidade podem se desenvolver dentro de redes muito dispersas, mas são muitas vezes mais fáceis de se criar quando se apóiam na vizinhança” (BOURDIN, 2001:13), além de concordar que a maioria dos indivíduos dispõe de poucos meios de interação, sendo muito freqüente que estejam ligados à localidade. De qualquer forma, continua o autor, já que as configurações locais são sempre decorrentes das situações históricas e culturais vividas por cada comunidade, seu caráter é sempre contingente e construído. Neste caso, na vizinhança, no bairro e na cidade, muita coisa, mas também quase nada, pode ocorrer, em função dos contextos de ação existentes e dos níveis de articulação desenvolvidos.

Se há divergências e nuances na consideração do potencial da localidade frente a um mundo globalizado, todos estes autores parecem, contudo, convergir para a noção de que a sociedade e o território são realidades indissolúvelmente articuladas, ainda que, na atualidade, atravessadas de forma inequívoca por interações desenvolvidas no campo das comunicações virtuais e dos grandes ditames econômicos globais.

“A questão urbana”

Colocada nestes termos mais abrangentes e generalizadores, a relação entre espaço da cidade e sociedade pode parecer óbvia, mas na verdade gerou embates e caminhos teóricos bastante diferenciados, sobretudo no campo da sociologia. De acordo com a síntese realizada por Gottdiener (1993), muitas análises tradicionais, anteriores à década de 70, consideravam as relações sociais ocorrendo *dentro* do espaço, o que implicava considerar o espaço apenas como receptáculo – “uma planície sem características próprias” (GOTTDIENER,1993:125). Diferentemente desta posição, autores como Manuel Castells e Henri Lefebvre, ambos adeptos de análises marxistas, conceberam articulações mais amplas entre sociedade e espaço.

Para Castells, discípulo e com uma obra fortemente influenciada por Althusser, “o espaço é um produto material de uma dada formação social, (...) não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da estrutura social” (Castells, apud GOTTDIENER,1993:120).

Numa vertente diferente, para Lefebvre – sobretudo se considerarmos seu trabalho *A Produção do Espaço* –, a noção de espaço urbano apresenta-se mais multifacetada, sendo ele próprio um dos elementos das forças produtivas da sociedade, “especialmente através da atuação da forma ou *design*” (GOTTDIENER,1993:127). Ou seja, neste caso, o corpo da cidade, suas linhas, vazios e volumes construídos, não se constituem como mero palco das ações humanas ou consequência de uma dada estrutura social, mas como um dos elementos instigantes das interações da sociedade.

Como mencionado por Gottdiener (1993), para Lefebvre, o espaço urbano

(...) é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. (...) num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nestes eventos (a função da ordem social). (...) Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. (...) é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes (GOTTDIENER,1993:127).

Cabe observar que essa discussão teórica, muito presente no meio acadêmico nos anos 70 e início dos 80, perde força ainda naquela década, cedendo lugar a uma perspectiva analítica de caráter empírico, onde são avaliadas questões relativas ao desenvolvimento e à ocupação das cidades, em especial das grandes cidades mundiais. A partir da década de 90, discute-se a formação das cidades globais, muitas vezes tentando encontrar características gerais que possam abrigar; analisa-se seu crescimento, as migrações internas, as formas de distribuição socioespacial das populações em seu território; a criação de territórios de exclusão, de áreas restritas às elites, dentre uma série de outras discussões. A cidade, no fim do século XX, reafirma-se como um corpo, um corpo cada vez mais, irremediavelmente, doente.

Urbanização e crescimento das grandes cidades

Entre os séculos X e XII, estruturaram-se as cidades medievais na Europa, berço do que hoje entendemos por cidade, a partir de núcleos

episcopais ou de senhores leigos. Sua delimitação estabeleceu-se inicialmente por muros. Cercados e apertados, estes espaços foram palco da vida familiar e das relações de trabalho. Público e privado surgirão, de forma separada, apenas no século XVII. Como ensinado por Ariès (1981), em plena Idade Média, não existiam calçadas e as ruas eram o que restava da ocupação das casas. Entre a rua e a casa apenas uma porta delimitava a divisão espacial. A casa era local de dormida, de produção e muitas vezes de comércio. As portas ficavam mais abertas do que fechadas ao longo do dia. Ao final da tarde, por medo da invasão de estrangeiros, os pesados portões das vilas eram fechados e só reabertos ao amanhecer.

No lado de fora de seus muros, rapidamente, desenvolvia-se uma outra ocupação, marcada pelo conflito dos menos afortunados com um poder urbano que começava a se estabelecer. Conforme descrito por Le Goff (1998), era nos “fora-muros” que se localizavam, por exemplo, as ordens católicas mendicantes, contestadoras do poder formal detido pela Igreja. Os terrenos interiores às vilas e próximos aos muros eram mais baratos, dada sua maior vulnerabilidade. O advento do canhão tornou inócua a presença dos muros; no entanto, as cidades afrouxaram e alargaram seus limites não apenas pela força dos tiros de longa distância, mas exatamente pelos atritos e interações ocorridos em suas bordas, zona de comunicação entre interior e exterior.

Se a imagem das cidades medievais é forte em nosso imaginário, é preciso lembrar que a população mundial demorou muitos séculos até se localizar majoritariamente nas áreas urbanas. Na verdade, a urbanização acentuada data da segunda metade do século XX. Conforme citado por Santos (1997), em 1950, a população mundial chegava a dois bilhões e quatrocentos milhões, dos quais 21% se localizavam em áreas urbanas. *Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia*

Quinze anos depois, contabilizavam-se três bilhões e meio de indivíduos e, passados mais vinte anos, em meados dos anos 80, atingia-se quase cinco bilhões, sendo que, ainda no início daquela década, cerca de 45% dos indivíduos já habitavam cidades. Naquele momento, as previsões indicavam a expectativa de uma população mundial da ordem de 6,5 bilhões de habitantes na virada do século, considerando-se irreversível que mais da metade da população se estabelecesse em cidades. O que se vê, portanto, é que em cerca de 50 anos, a população mundial triplica e migra de forma sensível do campo para as áreas urbanas.

Autores como Santos (1997) e Alva (1997) ressaltam o fato de a urbanização ter sido intensa, sobretudo, no chamado Terceiro Mundo. Santos (1997) cita que enquanto nos países desenvolvidos a população urbana, entre 1920 e 1980, é multiplicada por 2,5 (tomadas as cidades com mais de 20.000 habitantes), “nos países subdesenvolvidos o multiplicador de aproxima de 6” (SANTOS, 1997:42). Alva (1997) menciona que, entre as décadas de 30 e 80, a população urbana da América Latina “passou de 30 a 70% do total” (Alva, 1997:10). Especificamente no Brasil, conforme dados de Censos do IBGE, ao contrário dos anos 40, onde apenas 31% da população habitava o campo, no ano 2000, 81% vivem em cidades. Mais do que isso, esta população urbana está concentrada em algumas poucas cidades.

Por exemplo, atualmente, no Brasil, os oito estados mais populosos – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Pernambuco e Ceará (IBGE, 2000) – detêm praticamente 70% da população nacional e suas capitais, ou seja, apenas oito cidades abrigam 15% dos brasileiros e, mesmo dentro deste universo mais populoso, as diferenças são

grandes. O último Censo (IBGE, 2000) acusa que a cidade de São Paulo tem praticamente a mesma população que o estado do Rio Grande do Sul (cerca de 10 milhões de habitantes), o mesmo ocorrendo com a cidade do Rio de Janeiro e o estado de Santa Catarina (cerca de 5,5 milhões de habitantes). Ora, se uma única cidade detém a mesma população que um extenso estado, claro está que seus problemas extrapolam aqueles que normalmente incidem sobre as cidades de pequeno e médio porte. Esse espaço apertado torna-se sujeito e objeto das mais variadas ações, omissões e influências, e as disputas pelo uso de seu solo se acirram. Seus habitantes vivem cotidianamente entre conflitos, o que lhes confere uma especial forma de subjetivação, marcada pela necessidade de lidar, continuamente, com uma gama cada vez maior de situações.

Então, cresce o número de cidades, crescem as próprias cidades e, como dizia Guattari, “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (GUATTARI, 1993:170). A cidade afirma-se como elemento fundamental da complexa reprodução social em praticamente todas as sociedades contemporâneas e suas transformações espaciais internas passam a incidir e se relacionar diretamente com seus novos residentes. As misturas culturais e sociais tornam-se obrigatórias e todo um leque de angústias e problemas – mas também de possibilidades de novas formas de subjetivação – atinge seus habitantes.

O ambiente construído das cidades

O alcance do espaço construído vai bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de

sensação, (...) que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização libertadora de subjetividades individual e coletiva (GUATTARI, 1993:158).

Resgatando as análises de Guattari (1993), Ludmilla Brandão observa que os arquitetônicos urbanos não cessam de interpelar seus habitantes das mais diferentes formas e as construções de todo o tipo atuam como máquinas enunciadoras de subjetivação, agindo sobre comportamentos e produzindo “uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agentes de subjetivação” (BRANDÃO, 2002:12).

Segundo a autora, o conceito de máquina em Guattari (1993), aplicado ao espaço construído, introduz a marca da autonomia e da dinâmica que se mostra inquestionável na existência do território das cidades. Uma autonomia não no sentido de que o território funcione independentemente de tudo que o compõe – espaços, limites, construções e sociedade –, mas no sentido de que, como máquina, não pode ser operado nem mesmo segundo os desejos de seu criador (o arquiteto ou o urbanista, por exemplo). Como definido pela autora, “a partir de um determinado ponto de existência de uma máquina arquitetural, não [há...] controle sobre o que se produzirá ou sobre o que se engendrará na interação com outros elementos espaciais, materiais ou imateriais e, claro, com os humanos” (BRANDÃO, 2002:10).

Como poderemos ver adiante, essa recente posição de Guattari coincide com resultados das pesquisas de Kevin Lynch e Jane Jacobs, que, na década de 60, se voltaram ao estudo do espaço construído de grandes

cidades, fortemente influenciadas pelas concepções de arquitetos que visaram, sobretudo a partir do início do século XX, à planificação e ao controle das áreas urbanas, buscando traçados que valorizassem a racionalidade e a eficiência da ocupação dos espaços.

Segundo François Choay (2000), o modelo de cidade racional e planificada, típico do final do século XIX / início do século XX, é dominado pelos ideais da modernidade e pela noção de progresso. Não apenas a concepção do espaço público urbano, mas também as construções eram alvo de uma análise funcional exaustiva. Arquitetos como Garnier e Le Corbusier preconizavam a construção de edifícios altos e isolados, “em substituição à continuidade dos antigos imóveis baixos”¹ (CHOAY, 1965:35), visando à desdensificação, à ordenação e à abertura dos espaços. Quanto às ruas, deveriam ser retas, permitindo a boa circulação dos automóveis.

Mas não apenas isso: Le Corbusier defendia que “a impressão de confusão e de desordem que causavam as grandes cidades decorria do fato delas não terem sido construídas com base na reta” (SANTOS, 1999:93). Uma concepção de cidade onde a rua se configurava como um espaço próprio aos carros, inadequado aos homens; onde os pedestres deviam manter-se nos parques e a circulação era concebida como uma função estanque em relação ao conjunto construído. Estatuto extremo ganhavam as auto-estradas que, também segundo Le Corbusier, deviam “recortar o espaço de acordo com a rede mais direta, mais simplificada, inteiramente ligada ao solo (...), mas perfeitamente independente dos edifícios ou imóveis (...)” (Le Corbusier, *apud* CHOAY, 2000:22). Assim, as investidas sobre (contra) as ruas como espaço de sociabilidade se dão em nome da higiene, e, em seguida, da ordem circulatória.

Obviamente que estes princípios preconizados no início do século XX não se estabeleceram como um todo hegemônico em nenhum lugar. Traçados antigos e “desorganizados” sobrevivem em cidades nos quatro cantos do mundo; no entanto, é preciso salientar que, ao lado das grandes misturas arquitetônicas, muitos dos pressupostos progressistas, de fato, passaram a nortear intervenções urbanísticas nas grandes cidades contemporâneas, não sendo rara a naturalização, para governantes, urbanistas e também para a população, de grande parte de seus postulados.

Ora, se já é questionável a diminuição da desordem visual urbana em face da presença das grandes vias e das construções planejadas, improvável de todo é que o homem urbano tenha se tornado menos confuso com as novas configurações espaciais – amplas e assépticas.

Tentando mapear a relação do espaço construído com seus habitantes, caminharam, nas décadas de 60 e 70, trabalhos como os de Lynch (1970) e de Jacobs (2001), ao lado de outros autores como Lewis Mumford, Patrick Geddes e Leonard Duhl, todos inseridos numa perspectiva de crítica radical ao urbanismo progressista, tendo, por princípio geral, a contraposição a uma concepção apenas técnica e estética do espaço urbano. Salienta-se, contudo, que boa parte dessa crítica, “que pode ser qualificada como humanista, desenvolveu-se fora do meio especializado dos urbanistas e dos construtores (...), resultado de um trabalho conjunto de sociólogos, historiadores, juristas, psicólogos” (CHOAY, 2000:38).

Elementos da cidade e homem urbano

Kevin Lynch, em 1959, concentra seu estudo apresentado em *A imagem da cidade*, na pesquisa da “identidade e estrutura da imagem da Mnemosine Vol. 1, n. 1 (2005) - Artigos

cidade”, elementos que, segundo o autor, “permitem ao indivíduo operar dentro de seu ambiente” (LYNCH, 1970:19). Para Lynch, mais do que fornecer pistas para um deslocamento fácil e rápido pelo território da cidade, a imagem clara do meio urbano serve “como estrutura envolvente de referência, um organizador de actividade, crença ou conhecimento, (...) fornece matéria prima para os símbolos e memórias coletivas da comunicação entre grupos” (LYNCH, 1970:14).

Lynch (1970) examinou três grandes cidades americanas (Boston, Jersey City e Los Angeles), objetivando realizar um reconhecimento sistemático de seus elementos. Através de entrevistas com seus habitantes, buscou evocar imagens do ambiente físico, tendo constatado uma generalizada fragmentação na apreensão do espaço das cidades:

Estudando os desenhos e as entrevistas individuais, tornou-se evidente que nenhum dos interrogados tinha uma imagem clara da cidade em que tinham vivido tantos anos. Os mapas eram normalmente fragmentados, com grandes áreas em branco, concentrando-se quase sempre em pequenas regiões residenciais. (...) Quando se pedia uma característica geral da cidade, uma das observações mais comuns era o fato de esta não existir como um todo, não possuir um centro, mas, sim, aparecer como a colocação de muitos lugarejos (LYNCH, 1970:38).

Especialmente Los Angeles, monumento vivo dos preceitos de Le Corbusier, parecia ser difícil de ser assimilada como um todo. Conforme relatado pelo autor, ao tentar descrevê-la em sua totalidade, foi comum o uso de palavras como estendida, espaçosa, disforme, descentralizada. “Um indivíduo disse: ‘é como se andasse muito, esperando chegar a um local e, quando lá chegasse, descobrisse que, afinal, nada existia’ ” (LYNCH, 1970:50).

Esse sentimento de vazio, frente a um espaço que se torna irreconhecível, incapturável e incompreensível, nos fornece um excelente exemplo da possibilidade maquínica do espaço construído (GUATTARI, 1993), produzindo sentidos (ou vazios existenciais) e sensações, independentemente dos desejos do criador. Afinal, diferentemente do que Le Corbusier imaginava, as percepções e sentimentos humanos não mostraram ter um estado de espírito ortogonal², da mesma forma que o espaço aberto, dos grandes planos horizontais e verticais, definidos, pelos modelos urbanos progressistas, “como algo superior e responsável por uma impressão de calma e harmonia” (SANTOS, 1999:98), não chegaram a impregnar, com essas mesmas sensações, a alma de seus habitantes.

Ora, se com frequência se esfacela para os habitantes a possibilidade de apreensão do espaço urbano, se este se torna extremamente fragmentado, incapaz de ser capturado e memorizado, o que se esmaece, em última instância, é a possibilidade de constituir sentidos para o território.

É muito interessante a contraposição dos resultados obtidos por Lynch (1998) com os pressupostos progressistas. Se os últimos, lá pelos idos dos anos 20 e 30, pretendiam a abolição das ruas, Lynch, 30 anos mais tarde, observou que para muitos indivíduos as vias “são os elementos predominantes na imagem” (LYNCH, 1970: 58) da cidade. Segundo o autor, “a largueza relativa das ruas, o comprimento dos quarteirões, as fachadas dos edifícios, o sistema de denominação, (...), as espécies de ruas, a sua importância funcional, tudo tende a reforçar sua diferenciação” (LYNCH, 1970:72).

A este respeito, é interessante notar o quanto pesquisadores, mesmo com enfoques bastante diferenciados sobre o urbano, como Lefebvre, na

França, na década de 70, reafirmam aspectos do trabalho de Lynch. Dizia Lefebvre (2002):

A favor da rua. Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, (...) fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores da vida social e urbana. (...) A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). (...) Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada (LEFEBVRE, 2002:29).

Lynch (1970) também verificou que ocorreu a produção de sensações e sentimentos mais fortes em relação à cidade nas áreas próximas aos locais de residência dos indivíduos. Segundo o autor, tal evidência foi expressa, sobretudo, pelo fato de as descrições do trajeto casa-trabalho contarem com uma impressionante riqueza de detalhes exatamente no trecho mais próximo da casa: “Perto de casa, havia muitos mais pormenores acerca das vertentes e voltas da vegetação e das pessoas. O interesse diário e o prazer eram evidentes, na descrição. Aproximando-se do centro, esta imagem tornava-se cada vez mais cinzenta, mais abstrata, mais conceptual” (LYNCH, 1970:51).

Verifica-se, portanto, que a clareza na captura do espaço e a possibilidade de representá-lo não decorreram da ordenação e da pureza das vias bem traçadas. Ao contrário, foram fruto de particularidades, detalhes, reentrâncias, diferenças, irregularidades, que permitiam identificações muito particulares por parte dos indivíduos.

Jane Jacobs também se debruçou sobre elementos das cidades. No entanto, diferentemente de Lynch (1970), que direcionou seus esforços na

identificação de representações e descrições que dessem conta da sua apreensão, Jacobs buscou, em especial, estabelecer relações entre elementos físicos das cidades e a possibilidade de existência de seus habitantes, “numa tentativa de introduzir novos princípios no planejamento urbano e na reurbanização” (JACOBS, 2001:1). Em que medida o urbanismo foi afetado pelas idéias de Jacobs é difícil avaliar; no entanto, é evidente que muitas de suas considerações têm inegável valor quando se coloca em jogo a possibilidade de pensar a contínua inter-relação entre os elementos físicos do espaço construído e a produção de subjetividade de seus habitantes.

Assim como Lynch, a autora apresenta uma grande apologia das ruas. Define-as como os “principais locais públicos de uma cidade, seus órgãos mais vitais” (JACOBS, 2001:29) e vincula seu bom funcionamento “à existência entre os transeuntes de um certo sentimento inconsciente de solidariedade” (Jacobs, apud CHOAY, 2000:295), uma solidariedade que extrapola o mundo familiar e que se desenvolve exatamente entre desconhecidos. Para Jacobs (2001), especialmente as metrópoles se caracterizam por estarem cheias de estranhos, parceiros da circulação cotidiana, e muito mais numerosos que os conhecidos:

O ponto fundamental tanto do jantar comemorativo quanto da vida social nas calçadas é precisamente o fato de serem públicos. Reúnem pessoas que não se conhecem socialmente de maneira íntima, privada, e muitas vezes nem se interessam em se conhecer dessa forma. Ninguém pode manter a casa aberta a todos numa cidade grande. Nem ninguém deseja isso. Mesmo assim, se os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência privada, a cidade não teria serventia. As cidades estão cheias de pessoas com quem certo grau de contato é proveitoso e agradável (...) (JACOBS, 2001: 58).

Jacobs (2001) defende que mais do que ter espaço para as diferenças, as cidades precisam de pessoas com gostos e propensões diferentes. Em suas palavras, “quanto maior e mais diversificado o leque de interesses legítimos (no estrito senso legal) que a cidade e as empresas possam satisfazer, melhor para as ruas, para a segurança e para a civilidade das cidades” (JACOBS, 2001:42). Mais radicalmente, também afirma: “Desde que a rua esteja bem preparada para lidar com estranhos, desde que possua uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas e um suprimento básico de atividades e olhos, quanto mais estranhos houver, mais divertido será” (JACOBS, 2001:41).

Separação entre os espaços público e privado, eis uma característica da vida na cidade valorizada por Jacobs (2001), que defende acirradamente a importância dos pequenos e triviais contatos públicos, que não adentram à esfera familiar:

A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local – a maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém – resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança (JACOBS, 2001:60).

E, frente à possibilidade de dispor desses contatos mais ocasionais, reafirma-se uma determinada proteção à privacidade, uma das necessidades básicas de quem vive em um meio urbano, segundo a autora. Para Jacobs (2001), a privacidade se evidencia como uma das significativas vantagens de uma grande cidade em relação a coletividades pequenas. Não se trata apenas de poder fechar as janelas e recolher-se à casa, mas de poder selecionar assuntos, pessoas e tempos alocados em diferentes atividades cotidianas.

Defende Jacobs que “uma boa vizinhança urbana consegue um equilíbrio e tanto entre a determinação das pessoas de ter um mínimo de privacidade e seu desejo concomitante de poder variar os graus de contato, prazer e auxílio mantidos com as pessoas que as rodeiam” (Jacobs, 2001:64). Para a autora, somente mediante a observação desta limitações é possível conviver nas calçadas com pessoas bastante diferentes entre si e de si mesmo, sem “estabelecer laços indesejados, sem haver chateação, necessidade de desculpas, explicações, receio de ofender, constrangimentos com imposições ou compromissos e toda a parafernália de obrigações dessa espécie que vem junto com os relacionamentos menos restritos” (JACOBS, 2001:66).

O que a autora coloca em pauta, portanto, é a valorização dessas relações que se afastam do mundo e dos parâmetros dos relacionamentos familiares – um contraponto a essa esfera privada, decerto aconchegante e estruturante, mas também sufocante e pesada se assumida como única forma de relacionamento possível, agradável, recompensador. Neste sentido, podemos pensar que a cidade grande, com todas os seus problemas, apresenta condições de escape ao que Sennett (2002) definiu como “tirania da intimidade”.

Os trabalhos de Lynch e Jacobs citados são extensos, abrangendo discussões sobre outros elementos da cidade, como as praças, os parques, os bairros, os espaços decadentes, mas, neste momento, importa reter suas considerações sobre a sociabilidade nas ruas, incorporando outros referenciais para pensá-la.

A rua e o sujeito contemporâneo

A verdadeira lição do Brunswick Center está contida em seu pátio central aberto. Existem ali algumas lojas e vastas áreas de espaço vazio. É uma área de passagem, não de uso; sentar em um dos seus raros bancos de concreto do pátio, durante qualquer espaço de tempo, deixamos profundamente sem jeito, como se estivéssemos em exibição em um vasto hall de entrada vazio. (...) Tudo foi feito mais uma vez, para isolar a área pública do Brunswick Centre de incursões acidentais vindas da rua (...) (SENNETT, 2002:27).

A passagem acima bem poderia ser um texto de Lynch ou Jacobs, mas trata-se de Sennett discutindo “O espaço morto” das cidades em *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Sennett, neste capítulo, aborda o movimento das pessoas pela cidade sob um ângulo diferente daquele analisado por Jacobs (2001). O que lhe chama a atenção é o fato de alguns espaços constrangerem a permanência e “colocarem” os indivíduos em movimento, como nesse exemplo da área central do Brunswick Centre, em Nova York. É como se o espaço público, nessas situações, se tornasse uma derivação do movimento, o que, em sua análise, é próprio da lógica do automóvel particular, cujo objetivo é tão somente atravessar distâncias, no menor espaço de tempo possível. Neste sentido, Sennett (2002) argumenta que, na atualidade, experimentamos uma grande facilidade de movimento, mas que essa atividade se tornou carregada de

ansiedade, uma ansiedade advinda da demanda por movimentar-se sem restrições.

Seja se sentindo desconcertado ao permanecer em algumas áreas abertas, seja circulando dentro de automóveis, o que se encontra em jogo, para o autor, é o isolamento social do homem, nas grandes cidades, decorrente da diminuição de espaços públicos. Em adição, Sennett argumenta que esse isolamento também seria fruto da excessiva visibilidade pública do homem urbano, que teria como desdobramento “a exagerada ênfase nas transações psicológicas” (SENNETT, 2002:29). Assim, ao se defrontar com a necessidade de se proteger da vigilância dos estranhos que o cercam, recolhendo-se, esse cidadão urbano, em contraposição, buscaria ampliar sua exposição em seu círculo de relacionamento mais próximo.

Como vemos, ao falar de cidade, de diferentes formas e com variadas concepções, recai-se na temática da convivência com estranhos e da constituição da privacidade e da intimidade. Para Jacobs (2001), a convivência com estranhos é um dado positivo do meio urbano. O distanciamento é positivo, na medida em que permite formas de relacionamentos diferentes dos familiares, o que resultaria, inclusive, na própria possibilidade de usufruir da privacidade. Em Sennett (2002), a visada é outra, recaindo sobre a extrema valorização da intimidade, que se coloca como contraponto, mas também como complementação, à extrema situação de isolamento público do homem urbano.

Para o autor, esses dois pólos – isolamento público e recrudescimento da valorização da intimidade – caracterizam, na verdade, um movimento único de transformação das relações sociais, ocorrida a partir da queda do

Antigo Regime e do desenvolvimento de uma cultura urbana secular e capitalista.

Também analisando a sociedade monárquica cortesã, Claudine Haroche afirma:

A ordem inscreve-se nos corpos e entre os corpos. O estatuto, a posição, o lugar que, em uma dada sociedade, cada um ocupa no sentido simbólico e também literal do termo, são governados por regras, protocolos, em particular: há um uso político da repartição dos corpos no espaço, da distância, ou do contrário, da proximidade entre os homens (HAROCHE, 1998:83).

Citando o trabalho de Norbert Elias (1975), *A Sociedade de Corte*, Haroche menciona o movimento em direção à civilização, na passagem da nobreza feudal à nobreza de corte, e a existência de uma certa forma de repressão afetiva, postulada e cultivada pela estrutura de cada sociedade:

O corpo a corpo que exprimiu a violência física da sociedade medieval ao Renascimento cede agora lugar ao face a face: o processo de monopolização da força em proveito do Estado acompanha-se de uma interiorização das coerções, de uma auto coerção de um controle de si que contribuem à pacificação dos espaços sociais (HAROCHE, 1998:131).

Ainda se utilizando de Elias, Haroche observa a maior reserva nos vínculos sociais na sociedade de corte, produtora de alterações profundas dos costumes e emoções dos cidadãos, lembrando que, se por um lado a violência física foi banida, por outro os rituais das cortes constituíram-se como uma potente arma na luta por prestígio, “uma função social e política não desprovida de violência” (HAROCHE, 1998:132).

Se o cultivo dessas máscaras sociais, desses rituais de demarcação das hierarquias de diferenças sociais, presentes na sociedade de corte européia, permitiu uma convivência social “livre” da violência física

observada nas cidades medievais, o que se pode pensar da sociabilidade urbana na sociedade industrial, quando os sinais externos de identificação das hierarquias sociais começam a desmoronar e o processo de urbanização se mostra cada vez mais acentuado? Como reunir tantos “dessemelhantes” em uma mesma cidade? Como distinguir o outro tão próximo fisicamente? Como avaliá-lo em seu primitivo potencial de ameaça? Inimigo, amigo, perigoso, semelhante? Quem são esses inúmeros indivíduos que esbarram em mim continuamente, cotidianamente? Como lidar com a realidade de uma sociedade democrática, onde todos são iguais perante a lei, mas onde estão, concomitantemente, naturalizadas as diferenciações sociais e variados graus de segregação social?

Cidades, proximidade e convivência com a alteridade parece uma tríade indissolúvel. Já na primeira metade do século XX, para a sociologia urbana da Escola de Chicago, a dessemelhança é elemento intrínseco à vivência urbana e Wirth, em 1938, ao avaliar os efeitos da elevada densidade populacional nas cidades, tende a uma visão de que seu modo de vida, caracterizado por um cotidiano imerso em um amplo conjunto de diferenças, exige a tolerância. Nas palavras de Wirth, “A justificação de personalidade e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um senso de tolerância de diferenças que poderão ser encaradas como pré-requisitos para a racionalidade e que conduzem à secularização da vida” (WIRTH, 1973:103-104).

Como assinalado por Vainer (1998), a tolerância em Wirth em nada se aproxima de um valor moral em si ou de uma “vivência compartilhada da multiplicidade e riqueza propiciadas pelo contato (troca) intercultural” (VAINER, 1998:34), mas surge como resultado do pragmatismo: “a cidade

tolera a heterogeneidade por sua utilidade” (VAINER, 1998:34). Nesse caso, a tolerância tem gosto de indiferença, o que lembra o seguinte comentário de Homi Bhabha, em entrevista a Jonathan Rutherford, a respeito do multiculturalismo do mundo: “a marca distintiva da atitude ‘culturada’ ou ‘civilizada’ é a aptidão para apreciar culturas numa espécie de *musée imaginaire*, como se alguém as pudesse colecionar e apreciar” (RUTHEFORD, 1996:35). Nestes casos, a diversidade é colocada em uma espécie de prateleira, à mostra, mas mantida em uma posição estática, imobilizada.

Vainer (1998) assinala a vinculação dos integrantes da Escola de Chicago a Georg Simmel, que, já nos primeiros anos do século XX, tematizava o homem aturdido das grandes metrópoles. Um homem que, em face da “intensificação dos estímulos nervosos, [resultante] da alteração brusca entre estímulos exteriores e interiores” (SIMMEL, 1973:12); do derrame contínuo de “impressões súbitas” (SIMMEL, 1973:12), é pressionado ao limite em sua capacidade de discriminar, passando a “reag[ir] com a cabeça, ao invés de com o coração” (SIMMEL, 1973:13). Para Simmel,

A reação dos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é o menos sensível e bastante afastado da zona profunda da personalidade. A intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. (...) Estes aspectos da intelectualidade, contrastam com a natureza do pequeno círculo, em que o inevitável conhecimento da individualidade produz, da mesma forma inevitavelmente, um tom mais cáldo de comportamento, um comportamento que vai além de um mero balanceamento objetivo de serviços e retribuições (SIMMEL, 1973:13).

Essa reação com a cabeça e não com o coração desembocaria, portanto, na indiferença, na reserva, no ar blasé – todos, mecanismos de defesa psíquica face ao excesso de estímulos impostos pela vida em grandes cidades.

A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos (...) por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir (...). Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana (SIMMEL, 1973: 16-17).

Mais do que em indiferença, para Simmel, o mais freqüente é que esse fenômeno resulte em uma “leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas” (SIMMEL, 1973: 18), observando que

(...)a antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido (SIMMEL, 1973: 17).

E hoje, como nos situamos frente às grandes cidades?

Será que estamos tão aturdidos assim, como o homem urbano do início do século passado analisado por Simmel? Talvez estejamos, mas dada a grande velocidade dos acontecimentos do mundo nos últimos 30, 40 anos, dada a realidade dos contatos virtuais e de todos os avanços tecnológicos, os estímulos urbanos talvez sejam os mais estáveis, os mais compreensíveis dentro de toda a realidade que nos cerca. Não é à toa que Milton Santos falava do espaço urbano das ruas, dos bairros, das cidades, como o espaço

banal, da horizontalidade, dentro do qual as relações entre os cidadãos são tecidas.

Os grandes espaços constroem a vida pública? Certamente. A descrição de Sennett sobre o desconforto de permanecer na área central do Brunswick Center, em Nova York, é bastante concreta. Podemos encontrar correlatos em qualquer grande cidade mundial, mas será possível desconsiderar a subversão que decorre da abertura – apenas para pedestres – de uma pista de alta velocidade, como o Aterro do Flamengo, como ocorre nos finais de semana no Rio de Janeiro? Não estamos falando de parques ou áreas fechadas destinadas ao lazer. Estamos falando de poder caminhar, no ritmo dos filhos com velocípedes, dos idosos, dos namorados que param para se beijar, em longas extensões, margeando bairros inteiros. O carioca das classes sociais mais altas da Zona Sul já se habituou às caminhadas pela orla da praia; o carioca da Zona Sul mais pobre, do Catete, da Glória, do Centro, passeiam pelo Aterro, assim como todos que chegam em ônibus lotados dos subúrbios. Essa “subversão” da utilização dos espaços parece um sinal de novas possibilidades de uso e captura subjetiva do espaço urbano. Uma apropriação, diga-se de passagem, muito mais numerosa e democrática que os moderníssimos *flashmobs*³. Uma realidade que não deve ser esquecida, apesar da vida nos condomínios fechados, da ausência de espaços públicos em bairros como a Barra da Tijuca, de suas ruas sem calçadas. O fato é que o Rio não é a Barra e não dá para falar de uma cidade apenas por uma de suas pontas.

O cidadão urbano acelera seu ritmo e transforma a rua em mero lugar de passagem durante a semana, mantendo um certo *ar blasé* diante dos desconhecidos que o cercam? Em parte, mas estabelecemos pequenos

contatos, por vezes afetuosos, ainda que guardadas as distâncias, com o jornalista da esquina que cumprimentamos diariamente; com o rapaz da bilheteria do metrô, que um dia te enxerga e sorri; com o cara do bar onde se toma café após o almoço de “comida a quilo” e que já sabe se você gosta de café “pingado”, fraco ou forte, na xícara ou no copinho de vidro. Não sabemos quem são essas pessoas, onde moram, seus hábitos e gostos. Se são pessoas do tipo com quem gostaríamos de conviver, mas, na verdade, nada disso importa. Importa que esses indivíduos existam, que estejam na mesma cidade, que haja alguns pontos de afinidade (mas não tantos como requeremos nas amizades íntimas e nos amores). Nessas situações – que, obviamente (ou infelizmente) não se constituem em regra para o comportamento cidadão –, o que está em jogo é o prazer do encontro com esse outro, com quem compartilhamos *alguma* coisa.

Isso está mais para Jacobs do que para Simmel ou Sennett. Não que esses últimos autores, assim como tantos outros, não apontem “nós” de nossa vivência cidadina, mas se cremos que a subjetividade se reconstrói cotidianamente e continuamente, é plausível pensar que “vai se dando um jeito” para não viver tão mal.

Também nos parece razoável admitir, de uma vez por todas, que “o conflito é o próprio meio no qual se dilacera e se recompõe a sociedade” (LORAUX, 1993:75). Com essa passagem, Nicole Loraux faz referência às cidades gregas do século III, mas essa é daquelas afirmações que parecem eternas em se tratando de cidades.

Evitar o conflito, segundo a autora, implica apontar para “uma comunidade, para além de qualquer diversidade, (...) concebida como um sujeito *uno*” (LORAUX, 1993:79), um só e mesmo espírito, cujo ódio se

dirige ao estrangeiro, ao inimigo exterior da cidade. Ora, “a cidade una convém aos amantes de instituições, pouco inclinados a se interessar pelas cidades em dificuldades” (LORAUX, 1993:76). Esse é o raciocínio que aparece nas entrelinhas dos que consideram o Rio de Janeiro propriedade unicamente legítima daqueles que pagam IPTU, esquecendo que os que não pagam, a maioria dos “invasores”, cidadãos cariocas que moram nas favelas e loteamentos irregulares da “cidade maravilhosa”, não escolheram a pobreza e a dificuldade de sobrevivência como forma de vida. Os que incomodam passam a ser vistos como estrangeiros, “penetras” que perturbam a cidade hipoteticamente ordeira e amistosa, não fossem suas presenças.

Todavia, se é inegável que temos nossa cultura intimista bem arraigada e que defendemos nossos espaços privados com unhas e dentes, constituindo-os como “unos” e “sem conflitos”, não é menos verdade que há pequenos eventos que desmontam um pouco essa forma de viver mais serializada, como diriam Guattari e Rolnik (1986), que parece nos governar. Afinal, nascemos em grandes centros, temos nossos nervos distendidos ao máximo, mas também experimentamos, cotidianamente, a falência dos modos de agir e sentir consolidados no último século. Então, as linhas de fuga estão aí, micros, por vezes imperceptíveis, instáveis, precárias, mas estão aí. Talvez um passo interessante a dar, diante da preocupação com a ativação dos espaços públicos, seja começar a cultivar o olhar para esses pequenos encontros e suas possibilidades.

Sennett defendia que “a visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado” (Sennett, 2002:26) e talvez seja o momento de se apostar em outras formas de sociabilidade, como a amizade, tal como sugerida por Ortega (2003):

Nosso apego exacerbado à interioridade, à ‘tirania da intimidade’, não permite o cultivo de uma distância necessária para a amizade, já que o espaço para a amizade é o espaço entre os indivíduos, do mundo compartilhado – espaço da liberdade e do risco -, das ruas, das praças, dos passeios, dos teatros, dos cafés e não dos nossos condomínios fechados e dos nossos shoppings centers, meras próteses que prolongam a segurança do lar. (...) Intensificando nossas redes de amizade, podemos reinventar o público (ORTEGA, 2003: 162).

É totalmente improvável que os pequenos episódios do cotidiano que citamos possam significar um resgate *in totum* do domínio público, mas, com certeza, o exercício dos encontros nas ruas, do compartilhamento de espaços urbanos e do cultivo da amizade constitui-se num contraponto absolutamente necessário à nossa vida privatizada, ao “aconchego” intimista e/ou ao fechamento em comunidades, no sentido apontado por Loraux (1993). São passos fugazes, mas que, se constantes, intensos e em direção à rua – em toda a sua extensão concreta e simbólica –, podem abrir espaços de análise e práticas na direção da vitalização do público.

Referências Bibliográficas

- ALVA, Eduardo Neira. *Metrópoles (in)sustentáveis*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *The urban question*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1977.

- CHOAY, Françoise. *L'urbanisme: utopies e réalités – une anthologie*. Paris: Éditions de Seuil, 1965.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris: Calmann-Lévy, 1975.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. São Paulo: Papirus, 1998.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. 1ª reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1970.
- LORAUX, Nicole. “A cidade grega pensa o um e o dois”. Em CASSIN, B., LORAUX, N E PESCHANSKI, C. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MABOGUNJE, Akin L. *The development process: a spatial perspective*. London: Hutchinson, 1980.
- ORTEGA, Francisco. *Genealogias da amizade*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2002.
- ORTEGA, Francisco. “Amizade em tempos sombrios”. Em BINGEMER, Maria Clara Lucchetti e YUNES, Eliana (org.) *Mulheres de palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SEABRA, Odete et alli (entrevistadores). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, “Cidadania”, 1996.

Ana Lúcia Gonçalves Maiolino é Doutora pelo PPGPS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: anamaiolino@br.inter.net

Deise Mancebo é Professora Titular e Pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: mancebo@uerj.br

¹ Todas as citações de Choay (1965) compõem-se de traduções das autoras.

² Conforme citado por Choay (1965), Le Corbusier, em “Urbanisme”, 1923, afirmava que “A cultura é um estado de espírito ortogonal” (CHOAY, 1965: 38), expandindo para a cultura a máxima geométrica do urbanismo progressista, composta por vias em linhas retas e interseções ortogonais. Afinal, “a geometria que ordena o modelo progressista (..) consiste essencialmente em dispor elementos cúbicos ou paralelepípedos segundo linhas retas que se cruzam em ângulos retos” (CHOAY, 1965:38).

³ *Flashmobs* são manifestações instantâneas de rua organizadas através da internet. A que ficou mais conhecida no Brasil ocorreu em São Paulo, em 29 de agosto de 2003, ao meio dia, na avenida Paulista. O sinal de trânsito abriu para a travessia, um enxame de pessoas transpôs normalmente a rua, ao mesmo tempo em que uma outra multidão retirou os sapatos e começou a batê-los, conforme combinação prévia feita virtualmente.